

## **A Economia na era do racismo científico no Brasil**

Pedro C. Chadarevian \*

### **RESUMO**

O racismo científico, que preconizava a superioridade racial dos brancos, foi uma corrente extremamente influente em diversas áreas das ciências sociais no Brasil, como a Antropologia, a Sociologia, a Geografia, a Psicologia ou o Direito, entre fins do século XIX e a segunda guerra mundial, aproximadamente. Menos estudada tem sido a participação dos economistas na formação do ideário racista no país. Neste artigo, procurarem resgatar a afinidade com as teses do racismo científico que marcou a atuação de boa parte dos economistas brasileiros à época – sobretudo sua corrente liberal e, mais tarde, também na corrente fascista. Uma evolução semelhante do pensamento econômico ocorria em diferentes países. O caso mais ilustrativo é a implicação de economistas norte-americanos, liderados por Irving Fisher, no movimento eugenista.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Economia Brasileira, História das Ideias Econômicas, Racismo, Mercado de Trabalho, Imigração

### **KEY WORDS**

Brazilian economy, History of economic ideas, Racism, Labor Market, Immigration

---

\* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN-UNIFESP), e da pós-graduação em Políticas Públicas na UFABC. Doutor em Economia pela Universidade de Paris 3 – Sorbonne Nouvelle.

## 1. Introdução

A ideologia do racismo científico se introduz no Brasil ainda durante o Império, em fins do século XIX. Dentre os principais elaboradores desta corrente de pensamento, encontrava-se, notadamente, Arthur de Gobineau. O sociólogo francês, amigo pessoal do imperador Dom Pedro II, exerceria influência determinante no pensamento social brasileiro, ainda mais após o breve período em que assumiu a embaixada francesa no Rio de Janeiro (1868-1870)<sup>1</sup>. De um modo geral, considera-se que a ideologia do racismo científico no Brasil apropria-se de diversas teses, sobretudo francesas, desenvolvidas originalmente nos países centrais para justificar a dominação colonial, adaptando-as à realidade nacional (Schwarcz, 1993).

Este artigo busca, assim, investigar a visão do economista brasileiro sobre a questão racial durante a fase de ascensão e queda da ideologia liberal nas primeiras décadas da República no país (1889-1945). Mais especificamente, será mostrado que esta visão está subordinada ao contexto ideológico de dominação do paradigma clássico liberal no pensamento econômico brasileiro na I República, e, em seguida, de influência das premissas da "economia corporativa" (de inspiração fascista), após a Revolução de 1930. Estas duas concepções do funcionamento da economia serviriam de instrumental para a construção de um modelo distributivo segundo os interesses dos setores mais conservadores da burguesia no país. Trataremos assim de preencher um vazio na história do pensamento econômico brasileiro: a implicação da Ciência Econômica desse país na formulação e legitimação das teses do racismo científico.

## 2. Correntes do pensamento econômico no início do século XX no Brasil

O paradigma liberal, que parecia ter consolidado um domínio duradouro do discurso e da prática econômica nas primeiras décadas do capitalismo brasileiro, continha, contudo, uma contradição interna fundamental que o levaria a seu próprio declínio. A política externa do

---

<sup>1</sup> O trabalho teórico central do autor sobre o tema se encontra em de Gobineau (1853). Sobre a relação do Império com as primeiras teses do racismo científico consultar Heloisa Domingues (org.), *A recepção do darwinismo no Brasil*, Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003.

período, ao manter o câmbio artificialmente desvalorizado (para aumentar a renda da exportação de produtos primários) e ao aplicar uma forte tarifação à importação de bens de consumo (uma das principais fontes de arrecadação do governo), termina por produzir seguidos surtos industriais no país. A incipiente burguesia industrial passa, a partir de princípios do século XX, a exercer pressão na sociedade contra o modelo econômico dominante. A ideologia dos industrialistas, à qual adere uma parte (minoritária até 1930) dos economistas brasileiros, contesta o extremo liberalismo da política econômica e defende uma maior intervenção do Estado para proteger a indústria nacional.

É bem verdade que este novo paradigma que se estava desenvolvendo no país não possuía uma base teórica ainda bem definida, parecendo inspirar-se essencialmente da crítica empírica que vinha sendo dirigida, desde fins do século XIX, ao pensamento econômico liberal na Europa. Esta crítica, não-socialista (e mesmo anti-socialista), encontrava nos economistas nacionalistas como o alemão List, o francês Gide ou o inglês Hobson, seus principais representantes. No Brasil, teria a melhor síntese, no período, com os trabalhos de Roberto Simonsen. A busca de uma explicação histórica para os fenômenos econômicos, o questionamento do *laissez-faire* como princípio regulador da economia, o entendimento das crises econômicas a partir de uma causalidade endógena, e a defesa do planejamento econômico como forma de promover a acumulação de capital e de rejeitar o fatalismo da divisão internacional do trabalho, são algumas das principais teses que orientavam esta corrente do pensamento econômico. A defesa da imigração, controversa entre este grupo de pensadores, surge, mas não sob os preceitos da superioridade genética do elemento europeu, mas sob critérios meramente técnicos, segundo as necessidades da economia do país. A rejeição ao ultraliberalismo, somada à metodologia holística na explicação dos fenômenos econômicos, pode explicar igualmente a distância destes autores com todo o tipo de raciocínio racista para analisar a pobreza no país. O debate se situa em um momento de crescimento da contestação, ao mesmo tempo epistemológica e ideológica, da explicação da pobreza atrelada a causas morais e voluntárias, que determinaria a transição para uma análise sócio-econômica, histórica e institucional, preparando o terreno para a construção do estado do bem-estar social nos países centrais.

Paralelamente ao fortalecimento das críticas ao liberalismo econômico na Europa de fins do século XIX, surge uma tendência ultra-nacionalista de economistas. Dentre suas características principais estava a combinação peculiar de nacionalismo exarcebado, chauvinismo e imperialismo. Esta ideologia é uma das bases para a construção do movimento fascista – movimento que viria a dominar a cena política de um grande número de países no período ente-guerras. O fascismo viria a ter influência não desprezível no pensamento político e econômico na América Latina. No Brasil, o primeiro economista de destaque a se identificar com esta corrente é Pandiá Calógeras, que ocupou cargos importantes no governo da I República. Mas é sobretudo durante a era Vargas (1930-1945) que observa-se o auge desta corrente na produção de idéias econômicas no país, com o conseqüente revigoreamento das teses da superioridade branca. Porém, como mostraremos mais adiante, o argumento racista utilizado pelos economistas liberais não tem a mesma função para os economistas da corrente fascista no Brasil. Enquanto que, para os primeiros, a inferioridade racial do trabalhador brasileiro é apontada como a causa do fraco desempenho da economia do país; para os últimos, a “raça brasileira” existe e pode ser melhorada, desde que se contenha a influência do “elemento inferior” (o negro e o mestiço). Disto resulta uma posição ambígua a respeito da política de imigração adotada no período do Estado Novo (1937-1945).

Procuraremos, assim, mostrar que a formação de um ideário econômico sobre a questão racial não é recente, contrariamente ao que se possa imaginar. Durante a escravidão, não era raro encontrar proposições racistas para legitimar pela teoria econômica o lugar dos negros na sociedade brasileira. É verdade que, nessa época, poucas vezes se levantavam na academia para manifestar-se contra a instituição da escravidão. Após a abolição, por outro lado, buscou-se impedir uma mudança brusca no *status-quo* racial. A elite branca no Brasil, minoritária diante de uma multidão de negros agora livres, não dispunha mais dos mesmos mecanismos para barrar sua ascensão. Alguns daqueles mecanismos subsistiram certamente mais tempo que outros, como a segregação racial em clubes sociais ou esportivos, nos restaurantes, na família branca, nas igrejas. Outras regras caíram mais rapidamente, e, o que é mais

importante, dava-se início a uma nova forma de relação, a relação salarial, que deveria a partir de então fazer a regulação entre uma força de trabalho livre e o capital.

A ideologia do racismo científico é a solução que a elite branca brasileira encontrará para encarar a ameaça que representava em sua visão a transição de um regime de mão-de-obra escrava a um regime capitalista de produção. A ciência econômica será instrumentalizada para tentar demonstrar a incapacidade inerente dos negros para o trabalho em um regime capitalista, sua baixa capacidade produtiva e a necessidade de substituí-los pelos (ou mantê-los subordinados aos) trabalhadores de origem europeia.

O racismo científico encontrará pouca resistência no meio acadêmico<sup>2</sup> entre a abolição da escravidão e o início da década de 1940. Das dezenas de obras econômicas repertoriadas por nossa pesquisa, a maioria sustentava a imigração europeia para solucionar o “problema da mão-de-obra” no Brasil, utilizando um argumento racista em seu raciocínio. As cinco décadas de propagação das idéias racistas lograram influenciar diretamente ao menos uma decisão de política pública. Mais de três milhões de estrangeiros desembarcaram no Brasil durante aquele período, essencialmente europeus, como resultado da política oficial de imigração do Estado, originalmente concebida como um mecanismo ao mesmo tempo de promoção do eugenismo e da eficiência econômica do país. Em consequência, um importante bloqueio no caminho da emancipação econômica dos negros havia assim sido colocado.

### **3. A teoria econômica como ferramenta para a 'melhoria da raça'**

Irving Fisher é sempre lembrado no meio acadêmico por sua extensa contribuição à teoria neoclássica do capital e da moeda. Menos recordado é o seu envolvimento institucional e teórico no movimento eugenista estadunidense, que tinha por objetivo fornecer, entre outros, uma base científica ao regime de segregação racial (em vigor a partir de 1890), nos estados do sul dos EUA. Fisher, após presidir a *American Economic Association* (1915), presidiria

---

<sup>2</sup> As teses racistas serão, por outro lado, combatidas em outras esferas da sociedade, especialmente por intelectuais negros, escritores (como Machado de Assis, Mario de Andrade ou Lima Barreto), ou ainda pelos comunistas (ainda que tardiamente).

também a *American Eugenics Society* (1925), produziu uma extensa obra na qual promove os ideais da ciência eugênica, procurando enriquecê-la com seus conhecimentos de economia.

Se fosse possível sintetizar sua proposta sobre o tema em umas poucas palavras, talvez o ideal seja nos referirmos às próprias palavras do autor. Analisando as relações entre demografia e economia, à luz dos princípios populacionais de Malthus, o autor demonstra preocupação com o crescimento desproporcional de pobres em relação a ricos. Esta tendência à "degeneração populacional", ou "suicídio racial", poderia ser invertida com base em uma política eugênica, como o autor declara em seus *Elementary Principles of Economics*:

[A eugenia] previne (por meio do isolamento em instituições públicas e em alguns casos por meio de operações cirúrgicas) da possibilidade de propagação de deficientes mentais e de certas outras classes de defeituosos e degenerados, e também desenvolve um sentimento público no sentido de condenar uniões nas quais ou o marido ou a mulher possui doenças transmissíveis, ou qualquer traço de epilepsia, insanidade, etc., ou está de alguma forma inapto para a paternidade.<sup>3</sup>

A frase acima ocupa, literalmente, um lugar estratégico na obra de Fisher. Neste livro, publicado em 1912, a questão da eugenia antecede as apreciações do autor sobre uma questão mais geral: a das causas das desigualdades econômicas entre nações e indivíduos, que ele atribui a fatores essencialmente exógenos e culturais. Estas proposições anunciam, assim, uma ruptura epistemológica mais geral que viria a proporcionar o desenvolvimento paralelo de uma análise neoclássica em termos de equilíbrio parcial, para dar conta de fenômenos não exclusivamente explicáveis pelo mecanismo de mercado.

Estamos diante de um fenômeno em que duas disciplinas científicas distintas se reúnem, influenciando-se mutuamente. A eugenia, com sua destreza na análise estatística, "ensina" seu método dedutivo ao economista, ou seja, olhar para a realidade dos dados para, a partir daí, tirar reflexões baseadas em pressupostos teóricos. A economia, por sua vez, contribui para o

<sup>3</sup> O autor define eugenia como "a ciência que trabalha para desenvolver a raça por meio do mecanismo da hereditariedade." Fisher, Irving, *Elementary principles of economics*, The Macmillan Company, NY, 1912, p. 476.

movimento eugênico ao fornecer o instrumental que permitiria a articulação entre produtividade individual de grupos sociais considerados inferiores e eficiência econômica - *problemática* considerável tendo em vista o custo das políticas públicas eugênicas adotadas no período.

Fisher não representa propriamente uma ruptura ao introduzir a questão racial no raciocínio econômico - vimos que esta é uma prática tão antiga quanto a própria ciência econômica. Porém, dada a complexidade de sua análise, na qual se fornece uma articulação mais elaborada entre eugenia e economia, o racismo científico ganha uma verdadeira impulsão entre os economistas. Esta articulação aparece sintetizada na formulação do autor na qual ele atribui a eficiência nacional a três fatores: "aqueles relacionados ao meio físico, aqueles relacionados ao meio social, e aqueles relacionados à *natureza humana*."<sup>4</sup>

Autores ocupando posições de destaque na academia, como Fisher, ou seu contemporâneo Walter Willcox, presidente da American Economics Association em 1915, passam a defender abertamente sua visão racista da sociedade. Um estudo procurou avaliar o impacto destas idéias:

Para economistas tais que Willcox, que raciocinavam em termos competitivos e social-darwinistas pelos quais o sucesso ou fracasso individual é resultado do mérito ou demérito individual, a inferioridade racial tornava explicável a precariedade de todo um povo. Eles forneceram sua autoridade para o consenso científico que justificou a opressão dos negros estadunidenses.<sup>5</sup>

No contexto do início do século XX, os economistas liberais repudiavam intervenções do estado na economia, e a doutrina do livre mercado encontrava grande disseminação. Uma importante restrição parece ter sido, porém, o "problema da raça", cuja solução demandava, no entender daqueles autores, a formulação de políticas públicas específicas. O estado devia,

<sup>4</sup> Irving Fisher, *National vitality, its wastes and conservation*, Arno Press, NY, 1976 [1909], p. 636.

<sup>5</sup> Trata-se de Aldrich, Mark, "Progressive economists and scientific racism: Walter Willcox and Black Americans", in: William Darity, Jr., *Economics and discrimination*, vol. I, Edward Elgar, Aldershot, 1995 [1979].

assim, fornecer o financiamento necessário para uma política de melhoramento racial que incluiria a esterilização e segregação de elementos inferiores, e a uma política de imigração racialmente orientada. Estas novas propostas metodológicas e normativas encontrariam importante repercussão entre os economistas no Brasil. Apesar da existência de uma grande obra econômica nacional e da escassa difusão dos neoclássicos naquele período, é possível observar um esforço dos economistas em adaptar as teses da articulação eugenia-economia à particularidade das relações raciais no país.

#### 4. A economia do racismo científico no Brasil

É possível distinguir três tendências ideológicas dos economistas daquele período no Brasil, das quais emanam análises distintas sobre o problema racial brasileiro: os liberais, os nacionalistas (ou protecionistas) e os corporativistas (ver tabela 1).

**TABELA 1**  
**O pensamento econômico brasileiro na I República e na Era Vargas (1889-1945).**  
Influência teórica e posicionamento sobre questões econômicas centrais, segundo a tendência ideológica dos principais autores.

Características	Tendência ideológica		
	Liberais	Nacionalistas	Corporativistas
Autores principais	Joaquim Murinho, Lyra Castro, Cincinato Braga	Rui Barbosa, Roberto Simonsen	Pandiá Calógeras, Ellis Jr., Rodrigues Valle
Filiação teórica	Smith, Ricardo, Huskisson, Spencer	Gide, List, Hobson, Spiethoff, Schumpeter	Foscher, Sombart, Carli
Política industrial	Contra	A favor	A favor
Tipo de intervenção do estado	Mínima. Apenas em caso de desequilíbrio	Protecionista	Protecionista, corporativista
Desigualdades raciais	Geneticamente determinadas	Determinadas por fatores materiais, sociais, políticos e históricos	Geneticamente, culturalmente determinadas
Imigração	A favor, para aprimorar a raça	A favor, desde que haja necessidades técnicas na economia	A favor, mas com quotas raciais.
Comunismo	Contra	Contra	Contra

O modo de regulação econômica, além de questões específicas como a política imigratória e a visão da questão racial, eram elementos que distinguiam a orientação dos economistas à época. Esta distinção, na realidade, é muito mais nítida entre liberais e nacionalistas. A ideologia fascista ou corporativista, ao pregar uma fusão entre estas duas concepções da



economia, apresenta elementos típicos do liberalismo econômico (como por exemplo a adoção de uma política monetária ortodoxa) combinados a uma forte intervenção do Estado na economia.

#### 4.1 O liberalismo econômico e o *homo economicus paulista*

A combinação de uma análise tipicamente clássica do funcionamento da economia com elementos de darwinismo econômico e do racismo científico era um recurso muito comum entre economistas brasileiros na I República. O esquema analítico atribuía uma grande importância a fatores climáticos e “biológicos” na determinação do potencial produtivo de um país, região ou grupo social. Assim, o grande contingente de negros na população do país era encarado, de um lado, como uma ameaça ao avanço econômico do país, dada à condição inferior de sua raça. De outro lado, justamente por ser considerada a raça mais fraca, com a concorrência do elemento branco estrangeiro, o negro tenderia a ser substituído no longo prazo. A esta concepção racista da sociedade brasileira, correspondia um certo ideal de divisão racial do trabalho, com os brancos ocupando os postos mais dinâmicos. Praticamente todos os economistas liberais dessa época aderem, implícita ou explicitamente, a estas teses.

Talvez o economista liberal mais influente daquela época no Brasil tenha sido Joaquim Murtinho. Ministro da economia entre 1897 e 1902, defendia políticas ultraliberais, inspirado no monetarismo de Irving Fisher. Como resultado de sua política de restrição de gastos públicos, cujo objetivo era o de controlar a inflação, as despesas com os subsídios para estimular a imigração caem ao seu nível mais baixo de toda a história republicana até então. O que não significava que o ministro era contra a imigração de braços estrangeiros. Ao contrário. Murtinho procurou estimular a participação da iniciativa privada no programa de colonização. Em seus escritos, o autor sustentava abertamente a substituição dos antigos escravos pela mão-de-obra estrangeira, e expressava seu desejo de que os colonos ajudassem a aumentar a eficiência da agricultura brasileira. A raça era vista como um fator decisivo no futuro econômico de uma nação<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Murtinho, Joaquim (1980 [1897]). “Introdução ao relatório do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas – 1897”, in : Luz, Nícia Villela (org.), *Idéias Econômicas de Joaquim Murtinho*. Senado Federal, Brasília.

Pouco tempo depois, organiza-se no país o primeiro congresso de economia, em 1907, que se tornaria uma defesa dos princípios do livre comércio. Na introdução do congresso, surge a necessidade de explicar o sucesso econômico dos países “civilizados”, em contraposição aos países “bárbaros” e “semibárbaros”. A diferença estaria na “superioridade das raças anglo-saxônicas” que “fundaram ao mesmo tempo imensos impérios e prósperas colônias nas Índias, Austrália, no Cabo”<sup>7</sup>. Um dos temas principais do Congresso foi, contudo, o problema da falta de braços na agricultura nacional, e os participantes concluem pela “imigração escolhida” para atrair o elemento estrangeiro que levaria ao progresso material e moral da nação. Chamado a discursar, Nilo Peçanha, vice-presidente à época e que seria alçado à presidência da República em 1909, justificaria assim a adoção de políticas imigratórias:

A nossa inferioridade, a nossa pobreza, são devidas em parte ao efeito de uma causa biológica; a indolência e a ignorância fomentadas pela relativa facilidade de se obter a subsistência e pelo abandono da educação do povo, são efetivamente os dois fatores dissolventes que, empobrecendo o nosso sangue, produzem o enfraquecimento da nossa força vital e nos predispõem, pela ausência do nosso organismo social e econômico, à ruína e à morte, se não reagirmos com energia (...) <sup>8</sup>

Antes dele, seu antecessor, em outra ocasião, o Presidente Affonso Pena (1906-1909) associava, de modo semelhante, a evolução econômica com o aporte de imigrantes brancos, dando apoio à emenda do deputado e economista Elpidio de Mesquita:

O povoamento do nosso território por imigrantes de origem européia constitui um dos mais seguros elementos para acelerar o progresso e a grandeza de nossa pátria. <sup>9</sup>

O envolvimento de políticos de altos cargos da I República com as teses do racismo científico foi, na realidade, uma constante no período, e a área econômica do governo traz ao menos outros quatro exemplos, além de Murtinho, que comprovam este fato: os ministros Pandiá

<sup>7</sup> Congresso brasileiro de expansão econômica, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1907, p. 28.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 276.

<sup>9</sup> Citado por Mesquita (1909, p. 253).

Calógeras (1915-1917), Calmon du Pin e Almeida (1922-1926) e Lyra Castro (1926-1930), e o presidente do Banco do Brasil (o banco central brasileiro da época) Cincinato Braga (1922-1923). Deixemos de lado, por enquanto, Calógeras, mais próximo do fascismo nos anos vinte, para analisar a visão liberal dos outros três economistas.

Almeida defendeu, naquela que foi talvez sua principal obra econômica, escrita em um intervalo nas funções públicas (havia sido também ministro dos transportes entre 1906 e 1909), a tese de que a “raça brasileira” seria avessa ao trabalho, o que explicaria as seguidas crises que a economia nacional vinha atravessando. Nas palavras do autor:

(...) nossa raça é mesclada de elementos diversos, uns de inferioridade manifesta pelo grau retrógrado de seu estado evolutivo, outros, embora etnicamente superiores, com estigmas de pronunciada decadência.<sup>10</sup>

Cincinato Braga, outro importante economista da época, exerceu igualmente intensa atividade parlamentar, representando o estado de São Paulo na câmara federal. Segundo ele, os problemas mais urgentes na época para a economia paulista eram a insuficiência de créditos e falta de braços na lavoura. A pequena oferta de mão-de-obra estaria causando um aumento sem precedentes nos salários agrícolas da região, o que o leva a sugerir a aceleração da imigração, como justa compensação à agricultura do Estado, “abandonada pelos negros”, possibilitando o aumento da eficiência produtiva da economia brasileira<sup>11</sup>. Em sua atuação política, Braga teve a oportunidade de apresentar um projeto sobre o tema da imigração. O objetivo: proibir a entrada de negros no Brasil<sup>12</sup>. Mas suas considerações racistas não se limitavam à questão da imigração. Em outra ocasião, Braga associa a falta de ação do governo

<sup>10</sup> Almeida, Miguel Calmon du Pin e, *Factos economicos*, Francisco Alves, São Paulo, 1913.

<sup>11</sup> Braga, Cincinato, *Intensificação econômica no Brasil*, O Estado de São Paulo, São Paulo, 1918.

<sup>12</sup> O deputado responde a uma preocupação da sociedade e do governo brasileiro com a intenção manifestada por negros estadunidenses de imigrarem ao país, nos anos vinte. Ver Tiago de Melo Gomes, “Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921)”, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n. 2, 2003.

federal à origem regional dos funcionários públicos, sugerindo uma certa superioridade cultural dos paulistas<sup>13</sup>.

Enfim, o último economista com participação no governo da I República que gostaríamos de mencionar é Lyra Castro, diretor de uma das revistas econômicas mais importantes daquele período, *A Lavoura*. A revista tinha se caracterizado como um dos principais espaços de manifestação do pensamento político conservador à época, e seus editoriais procuravam constantemente influenciar a política de imigração do governo. A prova de que eram escutados é que Lyra Castro viria a ser escolhido ministro da agricultura do governo Washington Luís. Pouco antes disso, um editorial da revista exige uma revisão nas leis de imigração, voltando a chamar a atenção para o perigo da entrada de negros no país, sob o risco de atentar aos interesses econômicos da nação<sup>14</sup>.

A influência do racismo científico nas instituições públicas do país pode ser medida ainda por meio de estudos elaborados pelo governo brasileiro para promover a imigração no país, no início do século XX. Assim, por exemplo, ressaltava-se as qualidades do Estado de Minas Gerais, um dos maiores e mais ricos da nação, destacando o seu potencial econômico. Mas a grande presença do negro na população mineira é de certa forma mascarada pelo autor do estudo, que defende a política de imigração pelo meio da qual o europeu viria para apurar o sangue do povo, condenando o negro à extinção ao longo do tempo<sup>15</sup>. Em outro trabalho de divulgação no exterior, procura-se demonstrar a melhoria nas condições de vida dos imigrantes no país. Ao longo do texto, o autor associa, em um típico argumento racista da época, as diferenças nas produtividades individuais no trabalho às diferentes nacionalidades de imigrantes<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> Braga, Cincinato. *Problemas Brasileiros. Magnos problemas econômicos de São Paulo*, Livraria José Olympio Editora, São Paulo, 1948 [1921], p. 33.

<sup>14</sup> “Qual a imigração que nos convém”, *A Lavoura*, Boletim da Sociedade Nacional de Agricultura, n. 3, 1925, editorial.

<sup>15</sup> Carlos M. Delgado de Carvalho, *Un centre économique au Brésil : L’Etat de Minas en 1908*, Service de Propagande et d’Expansion économique du Brésil à l’étranger, Paris, 1908.

<sup>16</sup> C. M. Delgado de Carvalho, *Le Brésil méridional. Étude économique sur les États du Sud*, Rio de Janeiro, 1910.

A grande imprensa repercutia a discussão acadêmica em torno das origens e soluções para a crise econômica, igualmente desde um ponto de vista racista. Nos editoriais de O Estado de São Paulo, jornal conservador de grande circulação, a imigração européia era vista como uma maneira de evoluir econômica e politicamente, trazendo “sangue puro” e eliminando progressivamente a “toxina africana”<sup>17</sup>. A argumentação ia no sentido de mostrar a incapacidade biológica e cultural do negro para garantir o futuro da nação:

O contato do africano, oprimido e aviltado, sem uma sombra sequer de sentido cívico, além de quebrar a unidade física indispensável às vibrações da multidão, preparou o terreno para o advento de costumes políticos a que até hoje estamos sujeitos.<sup>18</sup>

Outra maneira de verificar a propagação desta visão racial estereotipada entre os economistas brasileiros é consultar o que diziam os manuais de economia do começo do século. Nestes manuais, escritos por brasileiros, o objetivo principal era divulgar a ciência econômica na academia, aonde os cursos ministrados de economia política eram ainda subordinados a outras disciplinas. Grande parte dos manuais de economia da época eram de tendência clássica liberal, o que atesta a hegemonia que exercia esta corrente no país até 1930. Algumas vezes os manuais trazem apenas referências implícitas ao racismo científico, ao afirmar, por exemplo, que as qualidades pessoais dos trabalhadores dependem, em parte, das “raças e situações geográficas”<sup>19</sup> ou de fatores “hereditários”<sup>20</sup>. Outras vezes, os autores explicitam sua argumentação e suas fontes de inspiração, como no manual de um professor de economia política da recém criada Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (1920). O autor, que discorda dos clássicos ortodoxos e suas leis naturais, considera que “a lei natural por excelência é a lei da evolução”<sup>21</sup>. Procura, em outra ocasião, demonstrar as relações entre ciência econômica e biologia evolucionista, citando Comte e Spencer, e conclui:

<sup>17</sup> Julio de Mesquita Filho, *A crise nacional. Reflexões em torno de uma data*, O Estado de São Paulo, São Paulo, 1925, p. 23.

<sup>18</sup> Idem, p. 13.

<sup>19</sup> Aarão Reis, *Economia política, finanças e contabilidade*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1918.

<sup>20</sup> José Carlos da Silva Freire, *Princípios de economia política*, “O Povo”, Caçapava, 1917, p. 79.

<sup>21</sup> Carlos Porto Carneiro, *Lições de economia política*, Editora Cons. Candido de Oliveira, Rio de Janeiro, c. 1920, p. 62.

Os fenômenos econômicos dependem do grau de cultura e civilização das sociedades, da natureza das matérias primas, das condições geográficas, geológicas, climatéricas e étnicas, do maior ou menor desenvolvimento da técnica industrial e, principalmente, dos meios e recursos de circulação.<sup>22</sup>

Ainda outro exemplo neste sentido são os apontamentos realizados pelos alunos de um professor de economia, editados pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde ministrava-se o curso, logo no início do século passado. No capítulo sobre leis do trabalho, a explanação, que se havia iniciado segundo os preceitos clássicos de especialização como fruto da divisão do trabalho, passa repentinamente a descrever a raça como determinante principal da aptidão do trabalhador. Nas palavras do autor, “é a idiossincrasia da raça, aliada ao clima e às condições étnicas, que forma o trabalhador”. Em seu curso, o professor descrevia um quadro em que dividia as raças humanas em quatro grupos. Os pretos, que tinham pouco incentivo ao trabalho, pois reduzem suas necessidades ao mínimo. Os amarelos, “detestáveis”, e que deveriam ser repatriados. Os vermelhos ou caboclos – destros, mas vadios e sem ambição. E, por fim, a raça branca; que também conhecia divisões, com o inglês ocupando o nível superior da hierarquia biológica, e os latinos, o nível inferior (destacando, contudo, o italiano, “bom trabalhador”)<sup>23</sup>.

De qualquer forma, o espaço de divulgação das idéias econômicas parecia bastante limitado no início do século. Vimos como os cursos de economia estavam subordinados a outras disciplinas. Além disso, o país não possuía, a exemplo de outros países, revistas especializadas para divulgação de estudos econômicos. A primeira revista teórica econômica seria criada apenas em 1939. Antes disso, havia a revista, classista, da sociedade dos agricultores, supracitada; a revista do ministério do trabalho, criada em 1936; e a revista de contabilidade, fundada em 1922, que publicava igualmente questões relacionadas à economia nacional. A propósito, em um de seus primeiros números, um editorial se alegra com a

<sup>22</sup> Idem, p. 20.

<sup>23</sup> Almeida Nogueira, *Apontamentos de economia política. Segundo a doutrina da cadeira*, Typographia da Faculdade de Direito de São Paulo – Andrade e Mello, São Paulo, 1904, p. 24.

campanha de colonização do oeste paulista para promover a expansão econômica, e da consequente disparição das populações indígenas do Estado:

Os bugres recuam pávidos de temor: a locomotiva silva garbosa, transpondo os vales, galvando as serras, levando a vida ao sertão inulto e bravo.<sup>24</sup>

Outro economista paulista, dono de um diário econômico de prestígio, líder da comunidade judaica, e representante na câmara federal dos interesses dos grandes proprietários de terra, sofreu a influência dos ideais do racismo científico no início dos anos trinta. Em um de seus livros, pretende influenciar o debate sobre a política de imigração a ser adotada, e faz uma comparação do impacto das diferentes nacionalidades na eficiência econômica. Sugere, depois de breve reflexão, a interrupção da imigração de árabes (“qualidades raciais e higiênicas” insatisfatórias) e de japoneses (bom para o trabalho agrícola, mas muito nacionalista). Elogia os “latinos” europeus (“capazes tanto para a agricultura como para a indústria”), cuja “influência eugênica” contribuiu para “o caldeamento com os mestiços e pretos, para a melhora do tipo racial”. Mas seu desejo principal era o de ver aumentar o contingente de judeus no país, aproveitando a onda de antisemitismo na Alemanha, e estimular a entrada do “elemento de que há de melhor nas artes, nas ciências, na economia”, a “nata da cultura universal”<sup>25</sup>.

Veremos a seguir que, ao tentar impor-se como uma alternativa teórica ao liberalismo econômico e tomando, como consequência, outros princípios por base, os economistas nacionalistas trarão uma interpretação distinta da realidade econômica nacional – inclusive no que se refere à questão racial.

<sup>24</sup> “Nosso primeiro centenário”, Revista Paulista de Contabilidade, ano I, n. 2, 1922.

<sup>25</sup> Herbert V. Levy, Problemas actuaes da economia brasileira, Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, São Paulo, 1934, p. 92. Levy foi um dos principais representantes da elite conservadora no país. Apoiou Vargas na revolução de 1930, e, na câmara, defendeu os interesses dos agricultores. Protestou contra o fechamento do congresso em 1937, com o advento do Estado Novo, e terminou preso. Na reabertura política, fundou e dirigiu a UDN, partido conservador que ajudaria a derrubar a democracia em 1964. Na ditadura, foi deputado pela ARENA, braço político do governo militar. Exerceu, ainda, a presidência do Clube Israelita Brasileiro. Ver artigo, da época de seu falecimento, da Folha de São Paulo, “Aos 90 anos morre o empresário Herbert Levy”, 17/01/2002.

#### 4.2 O discreto charme da burguesia industrial

Durante toda a fase de predomínio ideológico do liberalismo econômico no país, uma corrente alternativa do pensamento econômico, representante dos industrialistas, se organizou, por meio de congressos, associações e publicações no sentido de promover o nacionalismo econômico, ou seja, uma participação direta do Estado no desenvolvimento capitalista. Os elementos teóricos desta corrente heterodoxa - chamada industrialista ou protecionista - pareciam derivar das premissas da escola histórica e dos institucionalistas norte-americanos - combinavam uma boa medida de empirismo com uma avaliação histórica das instituições e dos ciclos econômicos. Esta apreensão holística do funcionamento da economia se opõe radicalmente à explicação convencional segundo a qual o mercado se apresenta como o principal mecanismo regulador. O objetivo se desloca portanto do esquema clássico-liberal dos mecanismos e do comportamento individual que conduzem ao equilíbrio, para concentrar-se no arranjo histórico e institucional que produz a crise econômica<sup>26</sup>.

Inaugurando-se o período republicano, Rui Barbosa - nome de relevo da política econômica do país em fins do século XIX -, foi um dos primeiros a sustentar medidas para incentivar a indústria incipiente. Destacou-se, ao mesmo tempo, pela sua oposição ao determinismo biológico para explicar as desigualdades econômicas. Abaixo, por exemplo, vemos como atribui parte do problema racial brasileiro à forma como se deu a abolição ou à má gestão política do país:

Dar liberdade ao negro, desinteressando-se, como se desinteressaram absolutamente da sua sorte, não vinha a ser mais do que alforriar os senhores.<sup>27</sup>

[A] desnaturação da nossa nacionalidade não vem nem do negro, nem do caboclo, nem do mestiço, nem do português, cuja energia, revolta e desordenada, mas viril, agora mesmo nos está relembrando a têmpera heróica da velha raça. Vem, sim, do mau político (...) que entrega a nação a todas as endemias físicas e morais de um povo sem higiene do corpo, ou d'alma.<sup>28</sup>

<sup>26</sup> Um bom resumo das proposições desta época pode ser consultado em Edgard Carone, *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*, Difel, São Paulo, 1977.

<sup>27</sup> Rui Barbosa, *Obras completas*, V. 46, t. 1, 1919, p. 75.

<sup>28</sup> Idem, V. 46, t. 1, 1919, p. 1015.



Um pouco mais tarde, Roberto Simonsen se tornaria o principal mentor intelectual desta transformação na orientação econômica rumo a um regime de acumulação industrial<sup>29</sup>. O autor se inspira nas experiências de países centrais, mas também no modelo econômico soviético, que vinha acelerando o desenvolvimento da indústria naquele país. O planejamento econômico era considerado, para Simonsen, uma maneira eficiente de combater as crises recorrentes às quais estava sujeita a economia capitalista.

A visão histórica presente na corrente do nacionalismo econômico prevê uma explicação distinta da evolução desigual entre os países, considerada como um fenômeno estrutural, fruto, entre outros, do mau funcionamento dos mecanismos de mercado:

(...) as sucessivas crises econômicas, a existência da miséria em meio à abundância, a crescente concentração de riquezas em mãos de um pequeno número, a exploração do homem pelo homem, toda uma série de imensos problemas criados pelas grandes aglomerações urbanas, *a profunda diferenciação na evolução entre as nações ricas e as nações pobres*, a impossibilidade do sistema de preços refletir, num dado momento, as condições prováveis dos mercados futuros, tornaram evidente a insuficiência do primitivo automatismo social e econômico, admitido pelos economistas clássicos.<sup>30</sup>

Simonsen discordava, além disso, de um dos princípios neoclássicos mais elementares: o mecanismo explicativo dos diferenciais de salários por meio da produtividade individual dos trabalhadores. Preferia associar diferenças regionais de salários ao nível geral de renda produzida, deslocando o raciocínio da esfera microeconômica para a esfera macroeconômica:

O exame do salário médio auferido em todo o país demonstra que é excessivamente baixo e que os maiores salários estão exatamente nas regiões mais prósperas, alcançando níveis ridículos nas zonas reconhecidamente empobrecidas. Essa asserção confirma as

<sup>29</sup> “No essencial, o projeto capitaneado por Roberto Simonsen reivindicava um ritmo mais acelerado de desenvolvimento econômico para o Brasil, somente alcançável pela intensificação da industrialização e pelo maior aproveitamento dos recursos produtivos disponíveis, via planejamento global da economia brasileira.”, Guido Mantega, *Economia política brasileira*, Guido Mantega, Editora Vozes, Petrópolis, 1991 [1984].

<sup>30</sup> Roberto Simonsen, “O planejamento da economia brasileira”, in: Carlos von Doellinger (org.), *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*, op. cit., p. 181.

incoercíveis leis econômicas, segundo as quais a capacidade de ganho está intimamente ligada ao valor da produção.<sup>31</sup>

Em todo caso, sua oposição, ideológica e teórica, ao liberalismo, resgatou uma forma diferenciada de explicar as crises econômicas, a miséria, as desigualdades e, por conta disto, a questão racial no Brasil. Não havia espaço, nesta nova concepção dos fenômenos econômicos, aos determinismos biológicos, geográficos e culturais que dominavam a visão dos economistas liberais no país. Houve, certamente, alguns deslizes; mas é nítido que, na tradição histórica nacionalista, o racismo científico encontraria um número bem menor de adeptos.

O próprio Simonsen discorreu brevemente sobre a questão do negro no Brasil, em conferência realizada para comemorar o cinquentenário da abolição da escravatura, em 1938. É, possivelmente, um dos primeiros textos da economia heterodoxa não-marxista a tentar explicar a miséria negra no país, desde um ponto de vista histórico:

A falta absoluta de educação e de preparo da população servil e a falsa noção de liberdade de que estava imbuída, fizeram com que se tornassem penosas as suas condições de adaptação ao novo regime. Na incerteza de poder contar com a eficiência e permanência dos libertos no trabalho, intensificaram, particulares e governo, o movimento imigratório, e o colono europeu, perfeitamente adaptável às culturas nos planaltos, rechassou, impiedosamente, o antigo núcleo escravo, atirando-o quer à vida das grandes cidades, quer às regiões menos ricas do país, onde passou a desfrutar miseráveis condições de existência.<sup>32</sup>

Mais adiante – apesar de sempre ter criticado a falta de indenização para os proprietários de escravos no ato da libertação em 1888 – aponta para o Estado brasileiro como o primeiro responsável pela condição em que se encontrava a população negra cinquenta anos após a abolição:

<sup>31</sup> Roberto Simonsen, “A evolução industrial do Brasil” (1939), in: Edgard Carone (org.), *Roberto C. Simonsen. A evolução e outros estudos*, Companhia Editora Nacional, 1973, p. 46.

<sup>32</sup> Roberto C. Simonsen, “As consequências econômicas da abolição”, in: *Ensaio Sociais*, Edição FIESP, São Paulo, 1943, p. 32.

Para com a população escrava (...) não resgatou a nação a sua dívida pelo abandono em que a deixou, sem o preparo necessário, na luta pela vida, em concorrência com colonos muito mais adiantados.<sup>33</sup>

Se a análise de Simonsen pode ser considerada como das mais progressistas até aquele momento dentre os economistas do país, isto não significa que ele não tenha sofrido, por vezes, a influência do racismo científico; como quando defendia a imigração de “raças apropriadas” para o desenvolvimento nacional<sup>34</sup>.

No entanto, a justificativa para estimular a imigração por parte dos industrialistas nem sempre foi a partir de um raciocínio racista. É o caso do manifesto da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Associação Comercial de São Paulo de 1941, onde apela-se a critérios meramente técnicos e cognitivos:

Na ausência de escolas profissionais em quantidade suficiente, é indispensável que se favoreça a entrada do operário de indústrias especializadas, que constituirão verdadeiras fontes de enriquecimento, quer pelo seu trabalho, que pelos seus ensinamentos ao operário nacional.<sup>35</sup>

Porém, a associação entre prosperidade econômica e imigração seletiva (ou seja, visando a aumentar o contingente branco no país), era, na verdade, razoavelmente comum entre os economistas de tendência nacionalista, se bem que com uma argumentação menos extremista que entre os liberais que analisamos anteriormente. Há, contudo, exceções. Por exemplo, um economista de fins do século XIX, defensor da intervenção do estado na economia e da reforma agrária, mas que, ao mesmo tempo, clama pela substituição da mão-de-obra negra, “raça fraca e ignorante”<sup>36</sup>. Outro autor, de forma mais discreta, procura mostrar, com um argumento evolucionista, que a raça brasileira tende a se adaptar, se aperfeiçoar, e

<sup>33</sup> Idem, p. 34.

<sup>34</sup> Roberto C. Simonsen, *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*, Brasiliense, São Paulo, 1973, p. 421-2.

<sup>35</sup> Citado em Edgard Carone, *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*, Difel, São Paulo, 1977, p. 338.

<sup>36</sup> João Pedro da Veiga Filho, *Estudo econômico e financeiro sobre o Estado de São Paulo*, Typographia do Diário Oficial, São Paulo, 1896, p. 56.

desenvolver a indústria nacional, com a importante contribuição do estrangeiro<sup>37</sup>. Em uma linha aparentemente mais crítica, um economista nacionalista ataca a “pseudo-ciência” que pretende dividir os povos em raças e inferiorizar o negro, enfatizando a contribuição dos elementos nacionais para o progresso econômico do país, para depois concluir que o elemento psicológico é o determinante principal no grau de civilização de um povo<sup>38</sup>. Vale ainda citar, no âmbito da crítica ao liberalismo no Brasil, a fusão entre socialismo e evolucionismo, proposta por um autor que considerava a sociologia como um ramo das ciências biológicas:

(...) sustentamos que são as contradições existentes no processo de produção, operando essa divisão na massa social, atuando em longo período histórico, que modifica antropologicamente os indivíduos do agrupamento.<sup>39</sup>

A corrente nacionalista, anti-liberal, da economia no Brasil não foi exatamente anti-racista, como foi possível observar. Entretanto, sua refutação, por uma questão sobretudo ligada à sua fundamentação teórico-epistemológica, dos mecanismos explicativos e da metodologia da escola clássica liberal, a levou a raciocinar de forma distinta a respeito da pobreza e das desigualdades raciais do país. Fatores históricos, institucionais e estruturais se sobrepunham aos biológicos e culturais na explicação dos problemas econômicos. Mas esta era ainda uma época de domínio do liberalismo no país, ou, quando muito, de transição para o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, que assistirá a ascensão da burguesia industrial como classe dominante. Além disso, a transição será marcada por um renascimento, e mesmo um revigoramento, das teses do racismo científico, por conta da propagação da ideologia fascista no país. Fenômeno do qual a ciência econômica não passou despercebida.

### 4.3 A questão racial na era da “economia corporativa”

<sup>37</sup> Isaltino Costa, *Proteccionismo ou livre-câmbio?*, Casa Duprat, São Paulo, 1917, p. ix.

<sup>38</sup> Nicolau J. Debané, *Economia nacional e nacionalismo econômico*, Typographia Brazil, 1917, p. 218-219.

<sup>39</sup> Djacir Menezes, *Economia política*, Edições Globo, Porto Alegre, 1936, p. 44. O autor precisaria sua concepção um ano mais tarde, concluindo que as “características étnicas” se transformam sob a ação de fatores sociais. Ou seja, neste caso, o autor não acredita no determinismo biológico puro, mas não nega um processo em curso, muito propagado à época, de degeneração racial de alguns grupos (como os negros). Ver Djacir Menezes, *O outro nordeste*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1937.

A crescente insatisfação de camadas da população e setores da economia como o modelo de regulação dominante, dá origem, no início dos anos vinte, a um movimento político que preconiza uma alternativa ao liberalismo. Surgido inicialmente na Itália e Alemanha, o fascismo procura arregimentar as camadas descontentes com o fatalismo da divisão internacional do trabalho que emanava da ideologia liberal. Países na periferia do desenvolvimento industrial passam, assim, a assistir uma rápida ascensão de movimentos fascistas no período. Um dos elementos centrais da proposta fascista era romper com o *laissez faire*, e passar a orientar diretamente, por meio do planejamento econômico, o desenvolvimento capitalista do país. A explicitação teórica deste programa encontrava-se nos manuais que se propagavam à época de "economia corporativa" – o modelo fascista de regulação econômica, que pretendia ser uma terceira via entre nacionalismo e liberalismo.

Concretamente, no Brasil, há um visível crescimento da influência fascista em setores das classes dominantes no período<sup>40</sup>, que repercute igualmente na produção teórica do economista. Esta reorientação ocorreu em diversos níveis. Podia ser meramente panfletária, de divulgação do projeto político de Mussolini, por exemplo. Podia ser teórica, detalhando o funcionamento da economia dirigida ou corporativa. Ou, enfim, no plano normativo, veremos como economistas em instâncias governamentais buscavam aplicar algumas das políticas inspiradas de projetos fascistas europeus. O objetivo aqui não é, contudo, demonstrar o envolvimento do governo brasileiro com o movimento fascista, muito menos discorrer sobre a tese, controversa na literatura, de um Estado fascista no Brasil durante a era Vargas.

Sabe-se, além disso, que o fascismo comporta uma visão extremista da questão étnica/racial, dado que é um movimento político que se apóia na construção de uma identidade nacional baseada na superioridade racial de seus cidadãos (ou daqueles que eram considerados

---

<sup>40</sup> Héglio Trindade, *La tentation fasciste au Brésil des années trente*, Editions de la Maison de sciences de l'homme, Paris, 1988.

cidadãos de primeira categoria)<sup>41</sup>. No caso do Brasil, o projeto fascista nacional não apresenta uma uniformidade – se tomarmos em conta a opinião dos economistas – no que se refere à hierarquia racial resultante do nacionalismo. Para uns, o negro deveria ser completamente excluído deste projeto, segregado social e juridicamente. Para outros, ele pode se incluído, mas apenas de forma restrita, dadas as suas capacidades limitadas para o trabalho. Por outro lado, o antissemitismo, ainda que presente, não assume o caráter extremo que assumiria em outros países.

De qualquer forma, entre meados da década de vinte ao final da segunda guerra mundial, durante portanto dez anos, a literatura econômica brasileira esteve fortemente orientada para o fascismo. Repertoriamos quinze publicações econômicas daquele período com essa orientação ideológica, além de três periódicos simpáticos ao fascismo (*O Observador Econômico e Financeiro*, a *Revista Paulista de Contabilidade*, e o governamental *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*). Há de se lembrar, além disso, que, com o estabelecimento da ditadura do Estado Novo, a oposição à ideologia fascista é praticamente inexistente no país.

Muito antes de o fascismo se estabelecer no país como uma força política (através do integralismo) e ideológica, um economista e ex-ministro da fazenda, Pandiá Calógeras discorreu em 1926 longamente sobre as vantagens daquele sistema político. Destaca a capacidade conciliatória do regime fascista, ao fundir forças conservadoras e transformadoras e ao controlar os conflitos entre capital e trabalho:

[Mussolini] agradou aos operários, decretando e pondo em prática o dia de oito horas. Agragou aos conservadores, reorganizando as finanças, saneando-as e iniciando era nova de superavit orçamentário. Tranquilizou os capitais. Disciplinou a administração pública, restabelecendo a ordem e a seriedade onde reinavam anarquia e facilidades culposas.<sup>42</sup>

<sup>41</sup> Sobre isso, ver por exemplo Giorgio Israel e Pietro Nastasi, *Scienza e razza nell'Italia fascista*, Società editrice il mulino, Bologna, 1998.

<sup>42</sup> Pandiá Calógeras, *Estudos históricos e políticos*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936, p. 296.

Mas é a questão do povoamento do país que preocupa sobretudo Calógeras. Prevendo uma radicalização política entre as potências européias, temia a interrupção do fluxo imigratório para o Brasil. Considerava que a contribuição do italiano no povoamento do país vinha sendo fundamental para “melhorar a constituição étnica de nosso povo”, em uma política imigratória cujo objetivo era o de “substituir, até eliminar, o trabalhador negro ou mestiço pelo branco; cruzar este último e os mestiços em grau vário de dosagem de sangue, mas principalmente com os de mais evoluída arianização”<sup>43</sup>. Porém, apesar da penetração do italiano no Brasil, o autor surpreende-se com a fraca repercussão do fascismo até aquele momento. Mas isto não tardaria muito mais em acontecer.

O projeto econômico do fascismo brasileiro teria uma boa síntese com a obra de Ribeiro de Araújo. O ponto central é a reorganização do Estado – criando o “estado integral” – no sentido de promover o capital nacional. A crítica dirige-se, de um lado, ao modelo liberal de gestão da economia, e, de outro lado, aos “imperialismos econômicos internacionais”. Neste caso, o racismo do autor se apresentaria sob a forma do antisemitismo, quando ataca os “falsos princípios da economia judaica internacional”<sup>44</sup>.

O ambiente político e ideológico era propício à propagação dos ideais do racismo científico na ciência econômica. Possivelmente aquele que tentou a fusão mais ousada entre economia e racismo científico foi Ellis Júnior. Em *A evolução da economia paulista e suas causas*, por mais que o autor tente se distanciar de Gobineau, considerado por ele demasiado radical, o esquema analítico proposto dá conta de uma classificação racial da população brasileira de acordo com sua contribuição para a economia do país. É assim que alça a raça ariana no mais alto nível hierárquico da eficiência econômica, dada a sua produtividade, capacidade de organização, disposição ao trabalho, capacidade empresarial, etc. Ellis Júnior publica ainda à mesma época um manual de geografia para a Faculdade de Direito de São Paulo. Dentre os aspectos analisados: a raça e a economia. Novamente surgem determinismos biológicos e

<sup>43</sup> Idem, p. 262.

<sup>44</sup> Américo Ribeiro de Araújo, *Economia dirigida*, Editora A. Coelho Branco Filho, Rio de Janeiro, 1936, p. 87.

geográficos para explicar as diferenças sociais entre brancos, mestiços e negros brasileiros, e como estes tendem a evoluir de maneira distinta de acordo com o clima e a geografia<sup>45</sup>.

Durante este período desenvolve-se paralelamente uma visão pessimista, que buscava atribuir a decadência econômica do país à composição racial pouco ariana de sua população. Comparando a economia do Brasil com a dos Estados Unidos, um autor desta linha sugere que o problema estaria na “crise de assimilação das raças que nos habitam”, processo do qual a mestiçagem seria uma ameaça aos “ideais grandiosos da raça branca”<sup>46</sup>. Aponta igualmente para uma hierarquia racial na esfera do trabalho, na qual os brancos seriam os mais capazes para levar a cabo a industrialização (processo do qual era partidário), os pretos possuíam algumas aptidões inatas, e os índios só serviam para vaqueiros. É, aliás, com estes últimos que o autor parecia mais preocupado:

Em virtude do conteúdo de sangue negro e indígena na maioria da população nacional, constituiu para o Brasil problema dos mais sérios e do qual os seus estadistas devem cuidar com carinho, a adaptação do brasileiro de acordo com as suas tendências inatas e raciais, em consonância com os característicos hereditários, sua cultura aperfeiçoada de geração em geração.”<sup>47</sup>

Outro economista, por volta da mesma data, revela sua admiração por Mussolini, e declara aproximadamente a mesma coisa, quando vincula a decadência econômica do país à formação étnica do povo brasileiro:

Outras fossem as determinantes psicológicas de nossa formação étnica, dada a eficiência de nossa terra, as condições do Brasil seriam invejáveis.<sup>48</sup>

<sup>45</sup> Alfredo Ellis Júnior, *Geografia superior e estatística. Geografia física, política, humana e economica*, Saraiva, São Paulo, 1933.

<sup>46</sup> Osório da Rocha Diniz, *A política que convém ao Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937, p. 13 e p. 125, respectivamente.

<sup>47</sup> Idem, p. 124.

<sup>48</sup> Mozart da Gama, *A economia do Brasil em face das transformações do mundo*, Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1935, p. 82.



Um pouco mais tarde, em um manual sobre a “nova ciência” da mecânica econômica, um autor compara a racionalização da produção com um circuito mecânico, numa interpretação torpe de uma tese italiana do início do século XX, elaborada pelo economista simpatizante do fascismo, Luigi Amoroso. Após discorrer sobre os preceitos teóricos da mecânica econômica, aponta que suas leis podem falhar em determinados momentos, já que “não há oferta de bom salário que atraia um preguiçoso profissional do morro de S. Carlos (Rio) [favela localizada no centro da cidade, berço do samba carioca, e habitada por negros, em sua maioria]”<sup>49</sup>.

Nesta mesma linha de argumentação, encontram-se as teses do professor Rodrigues Valle, da faculdade de economia do Rio de Janeiro. Em um capítulo de um de seus livros, intitulado “Raças”, alertava para o processo de mestiçagem do país, citando o exemplo dos israelitas que não se cruzaram e produziram um dos “maiores expoentes da humanidade”<sup>50</sup>. Considerava que as “leis de seleção biológicas” poderiam contornar o problema no longo prazo, mas sua avaliação da situação à época era drástica:

O Brasil é um imenso cenário onde se encontram, a toda hora e por toda parte comprovações da inconveniência da mistura de raças diferentes. Desde os primeiros tempos coloniais, os mestiços mostraram-se inferiores às raças mães.<sup>51</sup>

Mas o professor vai além, e propõe algumas medidas urgentes para resolver o problema, como o fim da imigração (que prejudica a formação da raça), a esterilização para obter uma “seleção humana”, ou ainda a segregação racial (“insulamento relativo das populações índias e negras”)<sup>52</sup>. Esta proposta ele justificaria em outro livro de sua autoria, citando o modelo segregacionista dos EUA:

<sup>49</sup> Felipe dos Santos Reis, *Mecânica econômica ao alcance de todos*, Companhia Carioca, Rio de Janeiro, 1939, p. 133.

<sup>50</sup> J. Rodrigues Valle, *Curso de economia política*, ACBF, Rio de Janeiro, 1939, p. 272.

<sup>51</sup> Idem, p. 273.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 413.

Não se tendo misturado com outras raças, os pretos “yankees” manifestam descomunal progresso. Adquiriram e conservam preciosos predicados. Têm muito maior valor que os negros e mulatos existentes no Brasil.<sup>53</sup>

A receptividade do governo Vargas aos ideais fascistas trouxe, conseqüentemente, para o interior do Estado, algumas das teses defendidas pelos economistas do racismo científico no Brasil. As declarações de um ministro da agricultura da época (1934-1937) dão conta da afinidade dos discursos, ainda que a posição oficial evitava radicalizar sua análise com relação aos negros e mestiços. Vemos assim, como o ministro associava o progresso de São Paulo e os potenciais do Rio Grande do Sul ao seu clima e à renovação populacional proporcionada pela imigração européia:

A reunião providencial na terra luxuriante, alhenada e fértil, do homem paulista, de magníficos atributos raciais e do europeu que emigra, haveria de transformar São Paulo naquilo que São Paulo é: majestoso império do trabalho, cultura e civilização.

[O potencial do Rio Grande do Sul está em] uma população de pequena mescla retardada, em compensação enriquecida pelo afluxo europeu da melhor progênie, que aos poucos vai formando um novo tipo de gaúcho que, conservando a aguerrida energia das massas nativas, tempera seus ímpetos e disciplina para a lúcida criação de estabelecimentos nos quais já o trabalho se cadencia ao ritmo de uma intensidade mais moderna (...).<sup>54</sup>

Na realidade, o governo Vargas instituiu uma série de controles à imigração, por quotas de nacionalidade, o que provocaria o descontentamento de alguns setores mais conservadores. À época, o presidente procurou justificar assim as novas medidas:

As restrições criadas no desembarque de estrangeiros no território nacional [desde 1930] refletem a necessidade de evitar a imigração em forma contrária aos nossos interesses de ordem econômica, étnica e política.<sup>55</sup>

<sup>53</sup> J. Rodrigues Valle, *Formação da raça brasileira*, Distribuidora Classico Latina, Rio de Janeiro, 1945, p. 15.

<sup>54</sup> Odilon D. Braga, *O governo e a produção*, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1935, pp. 27 e 117, respectivamente.

<sup>55</sup> Getúlio Vargas, “Mensagem lida perante à Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação, em 15/11/1933”, in: *A nova política do Brasil*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1938, v. 3, p. 148.

Em um artigo em que se precisam um pouco mais as motivações das restrições adotadas, dá-se ênfase ao objetivo de evitar “inconvenientes econômicos, sociais e biológicos que uma política imigratória incondicional acarreta”, acreditando que a política, ao estimular o mecanismo da evolução, determinaria a “extinção dos mestiços” e o branqueamento da população<sup>56</sup>. De fato, a constituição aprovada em 1934 proíbe a entrada no país de ciganos e nômades, além dos russos, “politicamente indesejáveis”<sup>57</sup>. Durante o Estado Novo, as restrições atingem também os judeus e japoneses<sup>58</sup>. Mesmo que a questão étnica fosse uma questão estratégica à época – Mussolini chegou a declarar que o estado de São Paulo estava em vias de tornar-se uma província de língua italiana –, talvez a preocupação principal fosse mesmo de ordem política, dada a participação de imigrantes nos movimentos sociais no país, como em sindicatos e nos partidos de esquerda. Já em 1928 os editoriais da revista dos latifundiários alertavam para a imigração descontrolada que introduzia uma “intoxicação psicológica proveniente dos princípios do socialismo revolucionário e extremista”<sup>59</sup>.

Vargas, e o Congresso Nacional, pareciam estar atentos, na realidade, às reivindicações do Congresso Brasileiro de Eugenia, reunidos no Rio de Janeiro em 1929. Os eugenistas ali reunidos explicam, em distintos momentos, a necessidade de se controlar racialmente os fluxos migratórios, preocupados que estavam com a entrada massiva e descontrolada de estrangeiros no país. Assim o explica o seu presidente, Roquette Pinto:

[Considero] ser para o Brasil a importância da eugenia tanto maior quanto, clamando-se contra a falta de braços, é preciso reconhecer que nos falta antes o seu melhor aproveitamento, não somente melhorando os que existem, mas provendo as condições de aperfeiçoamento da raça futura.<sup>60</sup>

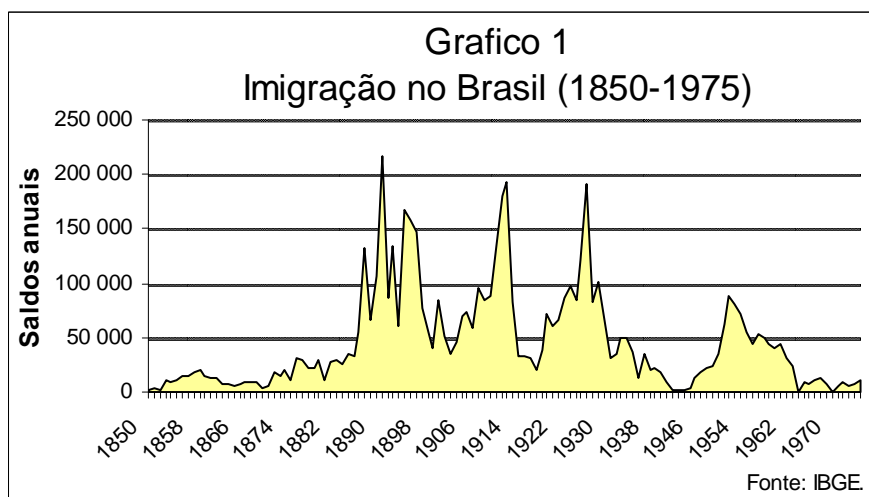
<sup>56</sup> Paulo Poppe, “Leis imigratórias”, Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 3, 1934, pp. 239-242.

<sup>57</sup> Segundo Stanley E. Hilton, *Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947*, University of Texas Press, Austin, 1991, p. 16.

<sup>58</sup> *Brasil: 500 anos de povoamento*, IBGE, Rio de Janeiro, 2000.

<sup>59</sup> Editorial, *A Lavoura*, n. 2, 1928, p. 27.

<sup>60</sup> Roquette Pinto, “Seção inaugural”, *1º Congresso brasileiro de eugenia*, Rio de Janeiro, 1929, p. 11.



Em outra exposição, um conferencista argumenta que, segundo as leis eugênicas, o elemento degenerado tende a desaparecer, o que o leva a defender uma política imigratória que busque a “qualidade”, e não mais a quantidade como vinha ocorrendo até então. Afirma que as imigrações de caráter econômico tiveram um impacto “disgênico” na população, pois não houve qualquer controle de entrada para elementos “inferiores”. O objetivo, ainda segundo ele, deve ser formar uma “raça superior”, que possua “os atributos intelectuais necessários à assimilação e ao desenvolvimento da cultura, de que dependem o progresso material da civilização, a estabilidade moral da sociedade e a *segurança política* do Estado.”<sup>61</sup>.

As conclusões do Congresso de Eugenia são bem claras: introduzir quotas raciais de imigração, tal como já era feito nos EUA, e permitir a entrada no país apenas de estrangeiros brancos<sup>62</sup>. Medidas que não tardariam a ser atendidas pelo governo federal, como vimos acima. O gráfico 1 acima mostra o saldo imigratório no país desde 1850 até 1975. É possível observar como as “quotas raciais” reduzem substancialmente a entrada de imigrantes. De um saldo médio anual de 90 mil imigrantes na I República, passa-se para “apenas” 25 mil na era Vargas, que sofre igualmente o efeito restritivo da segunda guerra mundial, quando se interrompe o fluxo emigratório proveniente da Europa.

<sup>61</sup> A. J. de Azevedo Amaral, “O problema eugênico da imigração”, *1º Congresso...*, *op. cit.*, p. 373.

<sup>62</sup> “O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha a exclusão de todas as correntes imigratórias que não sejam de raça branca.”, *op. cit.*, p. 340.

O fascismo tem a característica particular, como dissemos, de combinar um projeto econômico nacionalista, industrializante, com uma abordagem conservadora da questão racial. Mais um exemplo da penetração desta ideologia no governo Vargas é a avaliação que faz um de seus ministros a respeito da região nordeste, a mais pobre economicamente do país. Segundo ele, o sertanejo do nordeste, “elemento propulsor da raça brasileira”, é ainda uma “raça em formação”, que evolui sob a ação de “leis eugênicas”; processo que pode ser acelerado com o crescimento econômico, levando ferrovias e escolas para a região, mas também com a imigração, que proporciona uma “fusão geral das raças”<sup>63</sup>.

Opiniões e análises como as citadas acima encontravam espaço de divulgação em uma publicação do Ministério do trabalho, indústria e comércio do governo Vargas, que era especialmente receptiva às idéias fascistas. É assim que, logo em seu segundo número, de outubro de 1934, o *Boletim* traz as impressões do diretor de Indústria e Comércio do governo federal, João M. de Lacerda, a respeito do êxito da “constituição corporativa” da Itália de Mussolini. A publicação trazia também regularmente uma seção intitulada “Povoamento”, que apresentou a série “Formação Econômica do Brasil”, de autoria de um autor próximo do movimento integralista (fascista) pernambucano, Ovídio da Cunha. Nesta série, impregnada de determinismos geográficos e de darwinismo social, o autor explica a maior presença dos negros (“vadios”, “crustáceos parasitas”) no litoral por uma questão de adaptabilidade da raça ao clima. Explica, além disso, a condição de miséria da população negra pelo fato de viverem em uma etapa econômica atrasada da sua evolução racial<sup>64</sup>.

O governo acabaria cedendo às pressões dos intelectuais fascistas de dentro e fora do aparelho de Estado, e voltaria, algum tempo depois, a permitir um maior fluxo de imigrantes no país, mas sempre de acordo com os critérios raciais, prévia e cientificamente definidos pelos responsáveis do setor de imigração. É o que atesta o trecho do discurso abaixo,

<sup>63</sup> Agamemnon Magalhães, “O nordeste brasileiro”, *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n. 21, 1936, pp. 273-274.

<sup>64</sup> Ovídio da Cunha, “Formação econômica do Brasil”, *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, n. 1, 1934, n. 5, 1935 e n. 28, 1936.

pronunciado pelo próprio presidente em ocasião da inauguração da Conferência Nacional de Economia e Administração, em 1939:

[O governo] procurou facilitar [com a criação do Conselho de Imigração e Colonização, em 1938] a vinda de largos contingentes dos países de super-população, convenientes, pelos traços étnicos, à formação nacional. Por outro lado, estudou a necessidade de promover a colonização mista, de maneira a evitarmos a formação dos chamados quistos raciais.<sup>65</sup>

Em outra publicação oficial, um economista faz uma defesa da política imigratória em vigor durante o Estado Novo, após descrever rapidamente os tipos raciais que compõem o país (do índio “refratário ao trabalho organizado”, ao negro “dócil e trabalhador”):

(...) Para povoar estas terras [do sul do Brasil] não devemos nos esquecer que no momento podemos escolher imigrantes, desprezando os de origem equívoca, capazes de virem a constituir futuramente elementos de desassossego para a nação.<sup>66</sup>

Um dos principais responsáveis no governo Vargas pela política de imigração é Oliveira Vianna, intelectual chave do movimento do racismo científico no Brasil, e que havia ocupado no mesmo governo um cargo no ministério do trabalho. O autor defendia a introdução do elemento estrangeiro branco no país, visando a purificar o sangue do país por meio da miscigenação racial. Sem isto, afirma, no “grupo racial inferior [negros e mestiços] a atividade econômica se revelará pouco eficiente, a pobreza se generalizará”<sup>67</sup>. Temia, além disso, a formação de guetos raciais, prejudiciais à formação da “economia dos centros imigratórios”, refletindo a preocupação da época com determinados grupos de imigrantes que resistiam à “assimilação” da cultura nacional<sup>68</sup>. Em outra de suas obras, Vianna explica a pobreza negra no país a partir de deficiências intelectuais próprias àquele tipo racial, que os limitava a trabalhos agrícolas ou urbanos manuais. As diferenças econômicas entre brancos e negros eram, por meio deste raciocínio, naturalizadas – a raça branca, rica em tipos

<sup>65</sup> Getúlio Vargas, “A atualidade brasileira e a solução de seus problemas”, in: *A nova política...*, op. cit., v. 7, p. 80.

<sup>66</sup> Luiz Dias Rollemberg, op. cit., p. 21.

<sup>67</sup> Oliveira Vianna, *Raça e assimilação*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1932, p. 49.

<sup>68</sup> Idem, p. 111.

eugênicos, dominava naturalmente a raça negra. A “evolução do povo”, e da economia brasileira, seria portanto determinada pelas características biológicas de seus indivíduos. Os negros, mais fracos, estavam condenados ao desaparecimento, por meio da ação de leis evolutivas da seleção social e econômica<sup>69</sup>.

Outros periódicos econômicos e financeiros, fora da esfera governamental, também passam a divulgar as vantagens de uma organização fascista da economia, a partir dos anos trinta. Era comum, assim, encontrar elogios à prosperidade econômica do III Reich, ao expansionismo neocolonial dos países europeus na África, ou ao “corporativismo integral” como fator de restabelecimento da ordem social, econômica e política<sup>70</sup>. A questão da nacionalidade brasileira também era uma preocupação recorrente. Um autor, que defende o “Estado Corporativo” como alternativa ao laissez-faire e ao nacionalismo radical, apresenta a raça do novo mundo como “bárbara”, em contraposição aos europeus “civilizados”<sup>71</sup>.

Após praticamente uma década de forte influência nos estudos econômicos, a ideologia fascista começa a entrar em decadência no país a partir de 1942, com a decisão do governo Vargas de participar na segunda guerra mundial ao lado dos aliados. O Brasil se havia mantido neutro até então, como consequência, de um lado, da identificação ideológica de uma parte da elite no poder com a os regimes fascistas do eixo; e, de outro lado, da negociação em curso com o capital europeu, notadamente alemão, no financiamento do projeto econômico do Estado Novo<sup>72</sup>. As transações com os Estados Unidos em 1942, resultando no apoio financeiro à construção de um pólo siderúrgico no país, explicam em boa medida a mudança de orientação ideológica oficial, que passa a combater, literalmente, o fascismo.

## 6. Conclusões

<sup>69</sup> Oliveira Vianna, *Evolução do povo brasileiro*, Companhia Editora Nacional, 1932.

<sup>70</sup> O Observador Econômico e Financeiro, diversos autores, n. 1, 6 e 10 de 1936.

<sup>71</sup> Fernando Paes de Barros Machado, “Subsídios à economia e política social”, Revista Paulista de Contabilidade, n. 172, 1938.

<sup>72</sup> Ver Luiz Alberto Muniz Bandeira, *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil*, Editora Ensaio, 1994.

O racismo científico foi um movimento, em escala mundial, que procurou legitimar cientificamente diferenças sócio-econômicas entre grupos raciais, fazendo uso de uma hierarquização biológica das raças na qual o branco ocupava o mais alto nível. Para compreender o envolvimento do economista com este movimento naquele momento histórico preciso, procedemos a uma periodização do pensamento econômico brasileiro, da proclamação da República ao final da segunda guerra, em três correntes, distintas tanto do ponto de vista teórico-epistemológico como também normativo.

Este recorte permitiu observar que a uma determinada orientação teórica e ideológica do autor correspondia uma concepção particular do problema racial do país. Durante boa parte do período que nos interessou neste capítulo, a hegemonia coube à ideologia econômica liberal. Herdeira da tradição clássica e, em menor grau, da incipiente teoria neoclássica, os “livre-cambistas” integraram sem grande dificuldade o discurso do racismo científico à sua leitura da realidade econômica brasileira. A própria herança clássica, da qual se reivindica o liberalismo econômico no Brasil, incorpora uma visão bastante estereotipada das desigualdades raciais, ilustrada a partir da visão dos economistas liberais do século XIX sobre a escravidão e a colonização européia da época. Além disso, um dos economistas liberais mais influentes nos princípios do século XX, Irving Fisher, é responsável por uma importante inflexão que permite uma síntese teórica da economia neoclássica com as premissas do pensamento eugênico.

Com a crise de 1929, a dominação do liberalismo é posta em cheque, e o modelo alternativo dos economistas nacionalistas, ou a corrente heterodoxa do pensamento econômico não marxista, passa a ganhar terreno na disputa pela hegemonia ideológica. Esta corrente, na realidade, vinha se desenvolvendo criticamente ao liberalismo clássico e neoclássico, e se fortalece com o surgimento da escola histórica, que inspiraria muitos economistas no Brasil. Defendendo o planejamento econômico para fomentar o desenvolvimento industrial, a corrente nacionalista contrapõe-se teórica e metodologicamente à corrente liberal, preferindo uma explicação histórica-institucional dos fenômenos econômicos. Dada esta natureza



teórica distinta, as teses do racismo científico terão maior dificuldade de serem aceitas no círculo dos economistas nacionalistas no Brasil.

De que forma o economista contribuiu, então, para legitimar, dentro da lógica do racismo científico, a ordem racial brasileira? O papel do economista foi, na realidade, muito maior do que se possa supor em um primeiro momento. Um raciocínio puramente biológico, psicológico ou médico, era certamente necessário e indispensável na construção do racismo científico, mas não suficiente. O economista procurou, com o seu aporte teórico, demonstrar 1) a superioridade em termos de eficiência produtiva do trabalhador e do empreendedor branco sobre as demais raças; 2) a existência de uma divisão do trabalho no país conforme a raça a que pertence o trabalhador; 3) a importância da imigração e do branqueamento da população brasileira na evolução econômica do país. Esta argumentação se articula, e se legitima, com a fundamentação teórica-epistemológica da ciência econômica dominante (de herança clássica e, depois, na reformulação corporativa), atendendo aos objetivos de regulação econômica e de gestão da do período em questão. Mais especificamente, permite, de um lado, perpetuar a ordem racial da sociedade brasileira. De outro lado, aumentar a oferta de mão-de-obra, criando um vasto exército de reserva e mantendo os salários em níveis baixos. Não é, portanto, nenhuma surpresa que o racismo científico no Brasil tenha conseguido o apoio e contado com a participação dos economistas de tendência ideológica mais conservadora do período: os liberais na I República, e os fascistas na era Vargas.

Mas o processo de consolidação do projeto econômico da elite conservadora no Brasil afrontou-se a contradições de ordem estrutural e ideológica que terminariam por decretar sua falência, mesmo que temporária, com o fim da era Vargas. O modelo liberal de gestão da economia, que predominou até 1930, acabou por incitar, de modo involuntário, um processo de industrialização no país, como resultado da política cambial que mantinha os preços internacionais do café artificialmente valorizados. A progressiva ascensão da burguesia industrial ajudou a propagar a corrente econômica clássica nacionalista ou protecionista, que clamava por uma mudança do papel do Estado na economia. Ao mesmo tempo, a política imigracionista que emanava do Estado liberal não se mostrou tão eficiente quanto se

esperava. O imigrante contradiz as expectativas do racismo científico, resistindo a cumprir a dupla função de agente de “branqueamento” populacional e de barateamento da mão-de-obra, lutando pela manutenção de sua cultura e pela organização da classe trabalhadora em processo de proletarização. Com a ascensão da ideologia fascista no país, o racismo científico se radicaliza, e a reivindicação dos eugenistas de reduzir o fluxo imigratório é atendida, tanto do ponto de vista quantitativo (com a introdução das quotas), como do ponto de vista “qualitativo” (proibindo-se a entrada de elementos “inferiores”, como ciganos, negros ou judeus). Uma vez mais, a ciência econômica serviria aos objetivos do racismo científico, contribuindo no debate sobre a “assimilação” do elemento estrangeiro no país e de sua superioridade produtiva diante das raças “degeneradas”, ajudando assim a construir a “política eugênica” do período do Estado Novo.